Relatório e Contas

30 junho 2026



Fundo de Investimento Mobiliário Aberto

Santander Select Defensivo

Santander
Asset Management

Índice

1. Relatório de Gestão 3

1.1. Enquadramento macroeconómico 3
1.2. Política de investimento 8
1.3. Divulgação de informações relacionadas com a sustentabilidade no setor dos serviços financeiros (sfdr) 9
1.4. Evolução das unidades de participação 9
1.5. Performance 10
1.6. Custos e proveitos 12
1.7. Demonstração do património 12
1.8. Evolução dos ativos sob gestão 12
1.9. Valorimetria 12
1.9.1. Valores mobiliários 12
1.9.2. Instrumentos do mercado monetário 14
1.9.3. Instrumentos derivados 14
1.9.4. Câmbios 15
1.10. Remunerações atribuídas 15
1.11. Política de voto 16
1.12. Erros de valorização 16
1.13. Eventos subsequentes 16

2. Relatório de Auditoria 18

3. Balanço do Fundo de Investimento Mobiliário Aberto Santander Select Defensivo referente ao período findo em 30 de junho de 2026 22

4. Demonstração dos Resultados do Fundo de Investimento Mobiliário Aberto Santander Select Defensivo referente ao período findo em 30 de junho de 2026 25

5. Demonstração dos Fluxos de Caixa do Fundo de Investimento Mobiliário Aberto Santander Select Defensivo referente ao período findo em 30 de junho de 2026 27

6. Divulgações às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2026 29

1. Relatório de Gestão

1.1. Enquadramento Macroeconómico

Economia Internacional

O início do semestre ficou marcado por um contexto geopolítico exigente, com impacto relevante nos mercados financeiros. Janeiro arrancou com a detenção do Presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, por forças norte-americanas, o que levantou preocupações quanto ao mercado petrolífero, tendo em conta que a Venezuela detém cerca de 17% das reservas globais, segundo a Agência Internacional de Energia (AIE). Ainda assim, a reação dos mercados foi limitada, focada em ativos venezuelanos e algumas empresas de energia nos EUA.

Mais tarde, a crescente especulação sobre um possível ataque dos EUA ao Irão levou o *Brent* a terminar janeiro acima dos 70 dólares por barril. Declarações de Donald Trump — incluindo o cancelamento de contactos diplomáticos a 13 de janeiro, notícias sobre movimentações na base militar de Al Udeid no Qatar e, mais tarde, a referência a uma "armada maciça" a dirigir-se ao Irão — sustentaram a subida. No final do mês, o *Brent* acumulava uma valorização de +16,2%, o maior aumento mensal desde janeiro de 2022.

Outro foco de tensão foi a Gronelândia. Após Trump ter afirmado, a 14 de janeiro, que os EUA necessitavam da região por razões de segurança nacional, seguiu-se a ameaça de tarifas de 10% sobre vários países europeus a partir de 1 de fevereiro (subindo para 25% em junho), caso não fosse alcançado um acordo. Este enquadramento levou a um movimento de aversão ao risco, com o S&P 500 a recuar -2,1% numa sessão. Contudo, a 21 de janeiro, Trump recuou nas tarifas e referiu progressos num enquadramento de acordo, permitindo uma recuperação dos mercados. O S&P 500 voltou a máximos históricos a 27 de janeiro e encerrou o mês com um ganho +1,4%.

A Fed esteve também sob atenção, após o início de uma investigação criminal pelo Departamento de Justiça dos EUA, reacendendo preocupações quanto à independência do banco central. Este contexto favoreceu os metais preciosos, com o ouro a valorizar +13,3% em janeiro, o melhor desempenho mensal desde setembro de 1999. O metal atingiu um máximo intradiário histórico de 5.595 dólares por onça a 29 de janeiro, antes de corrigir para 4.894 dólares no final do mês, incluindo uma queda diária de -8,95% a 30 de janeiro. Em paralelo, o índice do dólar recuou -1,4% em janeiro, registando a maior queda em quatro dias desde abril do ano passado, estabilizando posteriormente após a reafirmação da política de "dólar forte" pelo Secretário do Tesouro dos EUA.

Apesar da volatilidade, os ativos de risco apresentaram um desempenho positivo, apoiados por dados económicos robustos. Nos EUA, o *ISM* dos serviços subiu para 54,4 pontos (máximo de 14 meses) e a taxa de desemprego recuou para 4,4%. Na Zona Euro, a inflação ficou abaixo do esperado, reforçando expectativas de cortes de taxa adicionais pelo BCE, enquanto o crescimento do 4.º trimestre surpreendeu em alta (+0,3%). Assim, a maioria dos principais índices acionistas globais terminou o mês em terreno positivo.

No Japão, o anúncio de eleições antecipadas levou a uma subida acentuada das *yields*. A *yield* da obrigação a 30 anos atingiu 3,86% a 20 de janeiro (máximo histórico), encerrando o mês em 3,63%, enquanto a *yield* a 10 anos chegou a 2,35% (máximo desde 1999) e terminou em 2,24%. Apesar do recuo final, as subidas mensais foram significativas (+24 pb e +18 pb, respetivamente). O Banco do Japão manteve as taxas inalteradas, mas adotou um tom mais restritivo.

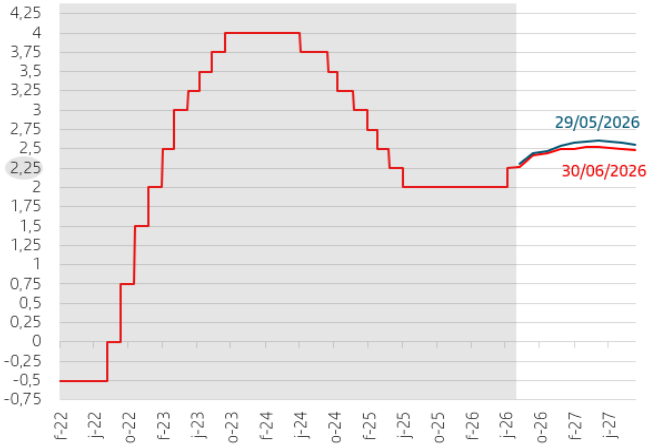
Em fevereiro, os mercados financeiros registaram, em geral, um desempenho positivo, sustentado por dados macroeconómicos resilientes, apesar de elevada volatilidade geopolítica e política. A escalada de tensões no final do mês, com o início de ataques dos EUA e Israel ao Irão a 28 de fevereiro, não se refletiu totalmente na performance mensal, embora a antecipação desses eventos tenha impulsionado o petróleo.

No plano geopolítico, a especulação em torno do conflito no Irão levou o *Brent* a subir 2,5% para 72,48 $/barril, atingindo um máximo de sete meses. Em paralelo, o Supremo Tribunal dos EUA considerou inconstitucionais parte das tarifas impostas ao abrigo do *International Emergency Economic Powers Act* (IEEPA), levando à introdução de uma tarifa global de 10% por 150 dias, aumentando a incerteza comercial.

Em termos macroeconómicos, os dados dos EUA surpreenderam positivamente: o relatório de emprego de janeiro mostrou a maior criação mensal de postos de trabalho desde dezembro de 2024 (+130 mil), e o *ISM* indústria atingiu o nível mais elevado desde 2022. Contudo, a inflação PCE acima do esperado reduziu a probabilidade de um corte de taxas pela Fed até junho (de 87% para 64%), contribuindo para ajustamentos nas expectativas de política monetária.

Ao nível das classes de ativos, destacou-se o forte desempenho dos metais preciosos: o ouro subiu 7,9% (7.º mês consecutivo de ganhos, o melhor ciclo desde 1973) e a prata valorizou 10,1%. As obrigações soberanas também beneficiaram, com a *yield* dos *Treasuries* a 10 anos a cair 30 pb (para 3,94%), a maior descida mensal em um ano, proporcionando um retorno de 1,9%. Na Europa, as *yields* alemãs recuaram 20 pb.

BCE: expectativas da taxa Depo com base nos Forwards €STRN



Fonte: Bloomberg e cálculos SAM 30/06/2026

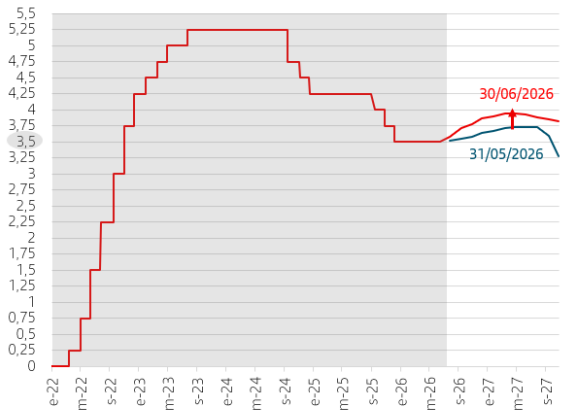
Nas ações, verificou-se uma divergência regional. O STOXX 600 subiu 3,9% (oitavo mês consecutivo de ganhos) e o Nikkei avançou 10,4% para novo máximo histórico. Já o S&P 500 caiu 0,8%, penalizado pela queda de 7,3% das "Magnificent 7" e de 8,9% no setor de software, num contexto de novas ferramentas de IA e resultados da Nvidia abaixo das expectativas mais elevadas. Entre os ativos mais penalizados estiveram ainda o gás natural nos EUA (-34,3%) e a Bitcoin (-14,7%).

Globalmente, fevereiro combinou resiliência económica, forte performance fora dos EUA e crescente incerteza geopolítica, num enquadramento de ajustamento das expectativas quanto à política monetária.

Março foi dominado por um choque energético e inflacionista, desencadeado pela escalada do conflito no Irão, o que levou a uma forte reavaliação de risco nos mercados globais.

Os preços do petróleo registaram subidas históricas, com o Brent a aumentar 63,3% para 118,35$/barril e o WTI 51,3% para 101,38$/barril. Em resposta à disrupção da oferta, a AIE anunciou a 11 de março a libertação de 400 milhões de barris de reservas estratégicas, sublinhando a magnitude do choque.

Fed: Expectativas sobre a taxa Fed Funds (limite inferior)



Fonte: Bloomberg e cálculos SAM 30/06/2026

O impacto desse aumento foi imediato nas expectativas de inflação e política monetária. Nos EUA, o *swap* de inflação a 1 ano subiu para 3,20% (+69 pb) e as *yields* a 10 anos aumentaram 38 pb para 4,32%, o maior movimento mensal desde 2024. A Fed manteve as taxas (3,50%-3,75%) a 18 de março, mas reviu a inflação de 2026 para 2,7%, enquanto o mercado reduziu expectativas de cortes para apenas 7 pb até final do ano.

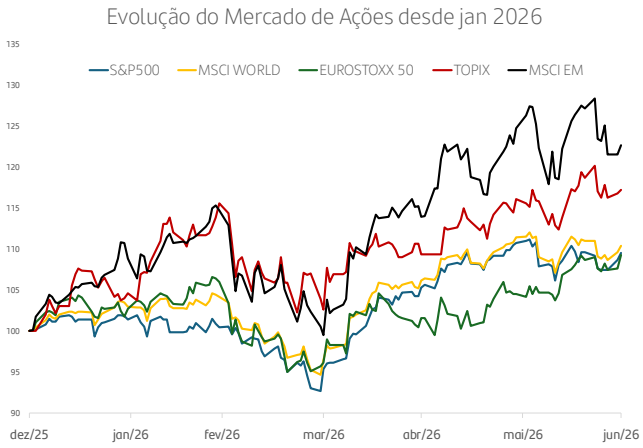
Na Europa, o movimento foi mais expressivo, com os mercados a anteciparem 71 pb de subidas do BCE até dezembro. O BCE, na reunião de 19 de março, destacou riscos inflacionistas acrescidos e

crescimento mais fraco, com projeções de 2,6% de inflação e 0,9% de crescimento.

Este enquadramento acabou por pressionar os ativos de risco. As ações registaram quedas generalizadas nas bolsas globais: O S&P 500 caiu -5,0%, o STOXX 600 -7,5%, e o Nikkei -12,7%. O crédito também corrigiu, com *Investment Grade* EUR a desvalorizar -2,3%, e o *Investment Grade* USD -1,8%. Já o *High Yield* dos EUA desvalorizou -1,0% da Europa -2,5%. Contudo, a subida de *spreads* foi mais contida, apenas 7 bps em IG EUR, mostrando que o movimento foi apenas o risco de subida de taxa e não da solidez das empresas. Na dívida soberana, destacaram-se perdas de -1,8% nas *Treasuries*, -2,0% nos *Bunds* e -4,3% nos *Gilts*.

Nas matérias-primas, o desempenho foi misto: energia em forte subida, mas metais sob pressão, com ouro a cair -11,6%, prata -19,9% e cobre -6,5%, refletindo preocupações com o crescimento económico global. No mercado cambial, o dólar voltou a ser ativo de refúgio valorizando 2,2% face ao EUR, 1,9% face à Libra e 1,7% face ao Iene enquanto o índice de moedas emergentes caiu -3,3%.

O conflito no Irão dominou a atenção dos mercados em abril, com os desenvolvimentos geopolíticos a impulsionarem movimentos significativos nos preços de todos os ativos. No início do mês, Donald Trump anunciou uma pausa de 10 dias nos ataques a infraestruturas energéticas, mas, à medida que o prazo se aproximava, aumentavam os receios de escalada. Ainda assim, foi posteriormente anunciada uma suspensão dos ataques por duas semanas, o que impulsionou uma forte recuperação dos mercados, reforçada por negociações entre os EUA e o Irão. Apesar de não ter sido alcançado um acordo imediato, persistiram expectativas de resolução do conflito. No dia 17 de abril, o otimismo intensificou-se após indicações de abertura do Estreito de Ormuz e progressos nas negociações, levando o *Brent* a cair para 90,38 $/ barril e o S&P 500 a atingir novos máximos. Contudo, a ausência de avanços concretos e sinais de agravamento das tensões voltaram a pressionar os preços do petróleo na segunda metade do mês, levando o *Brent* a terminar abril em 114,01 $/ barril, refletindo também a perceção de um conflito mais prolongado. A subida dos preços energéticos reforçou as pressões inflacionistas, com os *swaps* de inflação a 1 ano a subirem tanto nos EUA como na Zona Euro, acompanhados por dados de inflação acima do esperado.



Fontes: Santander Asset Management; Bloomberg; LSEG Workstation

O aumento dos riscos de estagflação levou igualmente a uma revisão das expectativas de política monetária, com os mercados a anteciparem uma trajetória mais restritiva por parte dos bancos centrais. Este enquadramento penalizou a dívida soberana, com *yields* a atingirem máximos de vários anos em várias geografias, incluindo Japão, Alemanha e Reino Unido. Nos EUA, a *yield* a 10 anos subiu para 4,37%.

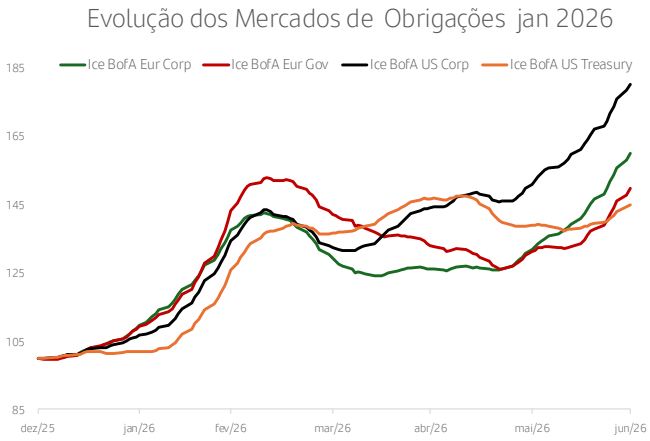
Apesar deste cenário, os mercados acionistas evidenciaram uma elevada resiliência. O S&P 500 registou uma valorização de +10,5%, o melhor desempenho mensal desde novembro de 2020, enquanto o índice de semicondutores de Filadélfia subiu +38,4%. Nos mercados emergentes, o MSCI EM avançou +14,7%, registando o melhor mês desde novembro de 2022.

Os mercados iniciaram maio a subir, impulsionados pela descida do preço do petróleo e pelas expectativas de um possível fim do conflito. A notícia de que os EUA e o Irão estariam próximos de um acordo preliminar alimentou a esperança de um cessar-fogo e de novas negociações nucleares, levando o *Brent* a recuar de 114 para 100 dólares por barril. O sentimento positivo foi reforçado por dados económicos sólidos nos EUA, com a criação de emprego em abril a superar as expectativas.

Contudo, a meio do mês, o otimismo deu lugar a uma maior cautela. Declarações de Donald Trump classificando a proposta iraniana como "totalmente inaceitável" reacenderam receios de escalada do conflito. Sem avanços concretos para a paz e com

o Estreito de Ormuz ainda bloqueado, o petróleo voltou a subir. Em paralelo, uma leitura mais forte da inflação *core* nos EUA aumentou as preocupações com pressões inflacionistas persistentes.

Este contexto levou as *yields* das obrigações soberanas a máximos de vários anos. Nos EUA, a *yield* das *Treasuries* a 30 anos atingiu o nível mais elevado desde 2007, enquanto as *yields* da dívida alemã e japonesa também alcançaram máximos de longo prazo. No Reino Unido, a instabilidade política após perdas eleitorais do Partido Trabalhista pressionou inicialmente a dívida pública, embora o mercado tenha recuperado após sinais de compromisso com as regras orçamentais.



Fontes: Santander Asset Management; Bloomberg; LSEG Workstation

Já na reta final do mês, o sentimento voltou a melhorar. Várias notícias indicaram progressos nas negociações entre os EUA e o Irão, incluindo um possível memorando para prolongar o cessar-fogo e retomar o diálogo sobre o programa nuclear iraniano. Estas perspetivas contribuíram para uma nova descida do petróleo, com o *Brent* a encerrar maio nos 92 dólares por barril, o nível mais baixo em mais de um mês. Os mercados terminaram assim o mês em terreno positivo, com o S&P 500 a acumular sete sessões consecutivas de ganhos e a *yield* das Treasuries a 10 anos a registar sete quedas seguidas pela primeira vez em mais de um ano.

O mês de junho ficou marcado por uma combinação de incerteza geopolítica e resiliência dos fundamentais macroeconómicos. A renovação das tensões entre Israel e Irão provocou uma subida temporária dos preços da energia durante a primeira metade do mês, antes de um acordo diplomático entre os Estados Unidos e o Irão reduzir os receios de interrupções no abastecimento através do Estreito de Ormuz. Como resultado, o *Brent* terminou o mês em torno dos 73 $/barril, próximo dos níveis anteriores ao conflito. Apesar de uma queda de 38,4% no segundo trimestre.

	2025	2026e
PIB EUA	**2,20%**	**2,20%**
Inflação EUA	2,70%	3,30%
PIB Zona Euro	**1,50%**	**0,70%**
Inflação Zona Euro	2,10%	2,80%
PIB Portugal	**1,80%**	**1,90%**
PIB Espanha	**2,90%**	**2,30%**
PIB China	**5,00%**	**4,60%**

Fonte: Bloomberg e cálculos SAM

Nos Estados Unidos, os indicadores económicos continuaram a mostrar-se resiliente, reforçando a expectativa de que as pressões inflacionistas poderiam revelar-se mais persistentes do que anteriormente previsto. A criação média de emprego nos três meses até maio situou-se nos 188 mil postos, enquanto a inflação *core* permaneceu acima do objetivo da Fed. Na reunião de junho, a Fed manteve as taxas de juro inalteradas, mas adotou um tom mais restritivo sob a liderança do novo presidente, Kevin Warsh, levando os mercados a passar de uma antecipação de cortes de taxas no início do trimestre para descontarem novas subidas até ao final do ano. Neste contexto, as *yields* das treasuries norte-americanas aumentaram, para 4,10% a 2 anos e a 4,37% a 10 anos.

Na Europa, o BCE aumentou a taxa de depósito em 0,25%, para 2,25%, na primeira subida desde 2023, justificando a decisão com o alargamento das pressões inflacionistas. No Japão, o BoJ elevou a taxa diretora para 1,00%, embora o iene tenha continuado a depreciar-se. Em contraste com os Estados Unidos, as obrigações soberanas europeias beneficiaram da descida dos preços da energia e de indicadores económicos mais moderados, com a *yield* da obrigação alemã a 10 anos a recuar para 2,91%.

Os mercados acionistas apresentaram desempenhos diferenciados durante o mês. Na Europa, o STOXX 600 valorizou 2,7%, beneficiando da diminuição das tensões geopolíticas e da resiliência da atividade económica. Já nos Estados Unidos, a

volatilidade aumentou à medida que os investidores ajustaram as expectativas para a política monetária, com o S&P 500 a cair -1,0% e o Nasdaq -2,7%, refletindo alguma realização de mais-valias nas grandes empresas tecnológicas. Em contrapartida, outros mercados apresentaram um desempenho robusto, destacando-se o Nikkei 225 (+5,7%). O setor dos semicondutores continuou a beneficiar do investimento associado à inteligência artificial, mantendo-se entre os segmentos com melhor desempenho do mercado.

O dólar norte-americano fortaleceu-se suportado pelo alargamento dos diferenciais de taxas de juro. O EUR/USD depreciou cerca de 1,8%, terminando próximo de 1,14, enquanto o iene continuou a enfraquecer, apesar do endurecimento da política monetária japonesa.

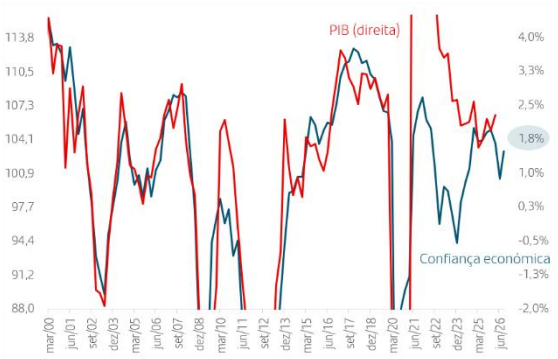
No mercado das matérias-primas, a dissipação do prémio de risco geopolítico e a subida das taxas de juro reais pressionaram os metais preciosos fazendo o ouro recuar 11,7%.

Embora a resiliência da atividade económica continue a suportar os resultados empresariais, a persistência da inflação e a postura mais restritiva dos bancos centrais dominou as atenções do semestre.

Economia Portuguesa

Em junho de 2026, a economia portuguesa mostra uma melhoria gradual do clima de confiança após a deterioração provocada pelas tensões geopolíticas e pelo encarecimento da energia durante os meses anteriores. A recuperação dos indicadores de sentimento empresarial e dos consumidores sugere que o impacto mais intenso do choque externo começa a dissipar-se, colocando novamente Portugal entre as economias com melhores níveis de confiança da Zona Euro. Este comportamento continua a ser compatível com um crescimento positivo da atividade, embora previsivelmente mais moderado do que em exercícios recentes. A evolução da confiança é especialmente relevante porque condicionará a capacidade do setor privado de transformar expectativas mais favoráveis em maiores decisões de investimento e contratação, um aspeto-chave para sustentar o crescimento num contexto europeu ainda marcado por uma procura externa contida.

Portugal: confiança económica e PIB (YoY)

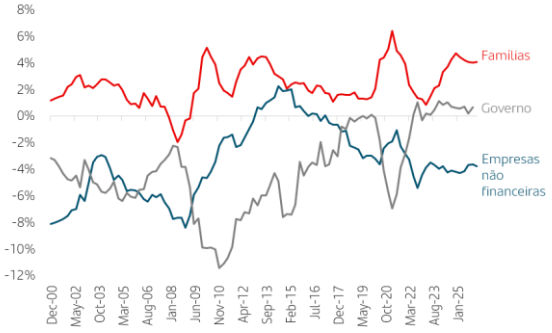


Fontes: Santander Asset Management; Bloomberg; LSEG Workstation

De uma perspetiva estrutural, a economia portuguesa continua apoiada em fundamentos relativamente sólidos, especialmente pela solidez financeira das famílias e por uma posição orçamental que continua a destacar-se favoravelmente face à maioria dos países da união monetária. No entanto, o principal foco de vulnerabilidade concentra-se no setor empresarial, cuja necessidade de financiamento permanece elevada.

Esta circunstância poderá limitar a capacidade de investimento se as condições financeiras continuarem restritivas ou se a incerteza internacional voltar a aumentar. Neste contexto, a combinação de uma recuperação da confiança com uma melhoria progressiva da situação financeira das empresas será determinante para consolidar um crescimento sustentável. Convém acompanhar, além disso, a evolução dos custos de financiamento e da procura turística, dois fatores que continuarão a condicionar o comportamento da economia portuguesa durante os próximos trimestres.

Portugal: posição de credor/devedor líquido do setor privado, em percentagem do PIB



Fontes: Santander Asset Management; Bloomberg; LSEG Workstation

No que diz respeito à dívida pública de Portugal, teve um comportamento ligeiramente negativo face à Alemanha, embora melhor face a outros países. Em qualquer caso, os níveis continuam estreitos e próximos de mínimos históricos.

Depois de vários meses de recuo devido ao conflito, os indicadores de confiança de Portugal, tanto empresarial como dos consumidores, registaram em junho alguma recuperação. Desta forma, o nível atual do indicador de Sentimento da Comissão Europeia é consistente com um crescimento do PIB em torno de 1,5% em termos homólogos. A confiança em Portugal volta a estar ligeiramente acima da média.

A posição financeira das famílias é saudável, ao mostrar capacidade de financiamento. A do setor público encontra-se próxima do equilíbrio e é uma das mais sólidas da Zona Euro, uma vez que a maioria dos países apresenta défice. O que está por melhorar é a situação financeira das empresas, claramente deficitária, em torno de 4% do PIB e a mais elevada entre os países da Zona Euro.

Fonte Comentário global: *Deutsche Bank Macro Research – Early Morning Reid – Performance review – January to June; Refinitv LSEG Worksation*

Fonte Economia Portuguesa:

SAM; LSEG Workstation; Bloomberg

Banco de Portugal, Boletim Económico — julho 2026

1.2. Política de Investimento

O primeiro semestre de 2026 foi marcado pelas tensões no Médio Oriente, que provocaram um aumento inicial da volatilidade e dos preços da energia. A posterior trégua e a reabertura do Estreito de Ormuz permitiram uma clara recuperação dos mercados, apoiada por resultados empresariais sólidos. No conjunto do semestre, o S&P 500 subiu 9,6% e o Euro Stoxx 50 registou um ganho de 9,3%. Os mercados emergentes destacaram-se especialmente, com uma subida de 22,7%. Relativamente às obrigações, o crédito corporativo apresentou um desempenho sólido, apoiado pela elevada procura por parte dos investidores e por spreads que se mantiveram contidos. O dólar valorizou 2,6% face ao euro, atingindo uma taxa de câmbio de 1,1433€/$.

Ao longo do semestre, a equipa de gestão geriu ativamente o posicionamento em ações, adaptando-o a um ambiente de mercado volátil. Foi implementada uma estratégia de cobertura sobre o S&P 500 com vencimento em março de 2026 que, após o início do conflito no Irão e o consequente aumento da volatilidade, foi liquidada para concretizar ganhos e substituída por uma nova estrutura com um prazo de vencimento mais longo. Posteriormente, parte da exposição através de futuros sobre o S&P 500 foi substituída por estratégias com opções de subida, otimizando o perfil de rentabilidade-risco da carteira. Assim que os mercados recuperaram parte das quedas registadas, esta estrutura foi liquidada e a exposição através de futuros voltou a ser aumentada. Embora tenham sido efetuados durante o semestre diversos ajustes entre geografias, a exposição total a ações aumentou para 20,5%, este aumento é explicado pelo reforço da exposição a mercados emergentes e pelas fortes subidas neste mercado. Em relação às matérias-primas, a força do ouro foi aproveitada para reduzir parcialmente a exposição através da venda do ETC *Invesco Physical Gold*.

Na componente de obrigações, a gestão manteve uma gestão dinâmica da *duration*, realizando ajustes táticos para adaptar a sensibilidade da carteira aos movimentos dos mercados de dívida. A exposição aos EUA, através de futuros sobre o *Treasury* a 10 anos foi substituída por estratégias com opções de subida, enquanto na Europa foi adotada uma abordagem semelhante em relação aos futuros do Bund a 5 anos. Na sequência destes movimentos, a *duration* agregada da carteira encerrou o semestre em 3,02 anos.

Por fim, na componente de moedas, foi aproveitada a valorização do dólar norte-americano durante o semestre para reduzir parcialmente a exposição ao dólar, através de futuros sobre o par cambial €/$ e realizar parte dos ganhos acumulados. No

entanto, a revalorização dos ativos denominados nesta moeda aumentou de forma natural o peso em carteira, compensando praticamente as vendas realizadas. Como resultado, a exposição ao dólar no final do semestre era de 9,6%.

Durante o semestre, o fundo registou rendibilidades positivas, impulsionados principalmente pelas ações. Os EUA foram a região com maior contribuição, seguidos da Europa e dos mercados emergentes. As obrigações também contribuíram de forma positiva, especialmente através do crédito corporativo e *High Yield*. As matérias-primas, contribuíram positivamente, graças ao bom desempenho do *Invesco Bloomberg Commodities*, que compensou a evolução negativa do ouro.

1.3. Divulgação de Informações Relacionadas com a Sustentabilidade no Setor dos Serviços Financeiros (SFDR)

Em 9 de dezembro de 2020 foi publicado o Regulamento (UE) 2019/2088, de 27 de novembro de 2019, relativo à divulgação de informações relacionadas com a sustentabilidade no setor dos serviços financeiros.

A divulgação sobre a promoção de características ambientais ou sociais e dos investimentos sustentáveis é a que consta nas "Divulgações relativas ao regulamento de divulgação de informações relacionadas com a sustentabilidade no setor de serviços financeiros (NÃO AUDITADO)" em anexo ao relatório anual.

1.4. Evolução das Unidades de Participação

A evolução histórica das Unidades de Participação do Fundo e o respetivo valor unitário das mesmas nos últimos anos foi a seguinte:

Classe A

Ano	Número de Unidades de Participação	Valor da Unidade de Participação (€)
2016	38 392	5,0546
2017	5 433 632	5,1296
2018	5 655 596	4,8811
2019	6 129 171	5,0777
2020	6 782 701	5,1825
2021	12 340 602	5,2089
2022	10 701 493	4,6101
2023	9 376 971	4,8122
2024	9 862 420	5,0661
2025	8 663 398	5,2368

Em 30 de junho de 2026, o valor líquido global do Fundo da classe A ascendia a 44 270 108 euros, repartidos por 8 258 380 unidades de participação, sendo o valor unitário de cada unidade de participação de 5,3606 euros.

Classe B

Ano	Número de Unidades de Participação	Valor da Unidade de Participação (€)
2014	19 575 807	5,1577
2015	43 039 574	5,1219
2016	38 625 987	5,1854
2017	45 464 191	5,2677
2018	44 484 296	5,0175
2019	42 532 778	5,2251
2020	41 911 181	5,3384
2021	48 005 672	5,3712
2022	42 308 318	4,7587
2023	37 485 751	4,9724
2024	56 884 214	5,2368
2025	48 194 084	5,4187

Em 30 de junho de 2026, o valor líquido global do Fundo da classe B ascendia a 243 462 238 euros, repartidos por 43 870 082 unidades de participação, sendo o valor unitário de cada unidade de participação de 5,5496 euros.

1.5. Performance

A evolução histórica das rendibilidades e risco do Fundo nos últimos anos foi a seguinte:

Classe A

Ano	Rendibilidade	Classe de Risco
2017	1,48%	2
2018	-4,85%	2
2019	4,03%	3
2020	2,06%	3
2021	0,51%	3
2022	-11,49%	3
2023	4,39%	2
2024	5,27%	2
2025	3,37%	2

Fonte: APFIPP e SAM SGOIC

À data de 30 de junho de 2026, a rendibilidade da classe A era de 4,91% (dados referentes aos últimos 12 meses) e o indicador de risco SRI era de 2.

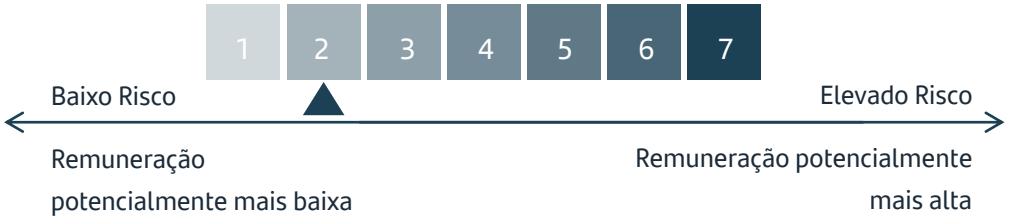
Classe B

Ano	Rendibilidade	Classe de Risco
2016	1,24%	3
2017	1,59%	3
2018	-4,75%	3
2019	4,14%	3
2020	2,17%	3
2021	0,61%	3
2022	-11,40%	3
2023	4,49%	2
2024	5,31%	2
2025	3,48%	2

Fonte: APFIPP e SAM SGOIC

À data de 30 de junho de 2026, a rendibilidade da classe B era de 5,02% (dados referentes aos últimos 12 meses) e o indicador de risco SRI era de 2.

As rendibilidades divulgadas representam dados passados, não constituindo garantia de rendibilidade futura, porque o valor das unidades de participação pode aumentar ou diminuir em função do Indicador Sumário de Risco que varia entre 1 (risco mínimo) e 7 (risco máximo).



Notas:

- O Fundo de Investimento Mobiliário Aberto - Santander Select Defensivo alterou a política de investimento a 6 de setembro de 2021;
- Com a entrada em vigor no início de 2023 do Regulamento (UE) Nº 1286/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho de 26 de novembro de 2014 que pretende harmonizar a informação prestada aos investidores, entre as quais a informação do indicador de risco, este indicador foi, de acordo com os critérios de cálculo estabelecidos, atualizado para um nível de risco 2 nas classes A e B, conforme consta do Documento de Informação Fundamental (DIF) publicado no site CMVM.

Comissões suportadas pelo Fundo e Participantes

Nos últimos 3 anos:

- Não houve alterações significativas ao nível dos custos suportados pelo Fundo nomeadamente custos de transação, taxa de supervisão e custos com o Revisor Oficial de Contas;
- O fundo suportou comissões de manutenção de saldos de conta entre agosto de 2020 e outubro de 2022, situação que já não se verifica a partir dessa data.

1.6. Custos e Proveitos

Descritivo	2026-06-30	2025-06-30	Variação	
			Absoluta	Relativa
Proveitos				
Juros e Proveitos Equiparados	83 463	243 787	-160 323	-66%
Rendimento de Títulos	1 006 884	996 133	10 751	1%
Ganhos em Operações Financeiras	33 888 455	51 094 266	-17 205 811	-34%
Reposição e Anulação de Provisões	0	0	0	0%
Outros Proveitos e Ganhos Correntes e Eventuais	5 170	39 702	-34 532	-87%
Total	**34 983 972**	**52 373 887**	**-17 389 916**	**-33%**
Custos				
Juros e Custos Equiparados	1 133	5 617	-4 484	-80%
Comissões e Taxas	1 947 969	2 344 007	-396 038	-17%
Comissão de gestão	1 844 122	2 147 451	-303 329	-14%
Comissão de depósito	51 018	58 133	-7 115	-12%
Outras comissões e taxas	52 829	138 423	-85 594	-62%
Perdas em Operações Financeiras	26 058 897	46 995 824	-20 936 927	-45%
Impostos	93 609	151 360	-57 750	-38%
Provisões para encargos	0	0	0	0%
Outros Custos e Perdas Correntes e Eventuais	4 123	3 484	639	18%
Total	**28 105 731**	**49 500 292**	**-21 394 561**	**-43%**
Resultado do Fundo	**6 878 241**	**2 873 595**	**4 004 646**	**139%**

1.7. Demonstração do Património

Descritivo	2026-06-30	2025-12-31
Valores mobiliários	276 160 819	297 823 131
Saldos bancários	10 548 102	7 379 551
Outros ativos	1 506 770	1 847 163
Total dos ativos	**288 215 692**	**307 049 844**
Passivo	483 345	529 759
Valor Líquido do OIC	**287 732 347**	**306 520 086**

1.8. Evolução dos ativos sob gestão

Descritivo	30.06.2026		31.12.2025	
	Valor	Peso Relativo	Valor	Peso Relativo
Instrumentos financeiros admitidos, em processo de admissão ou não admitidos à negociação em plataformas de negociação	276 160 819	95,82%	297 823 130	97,00%
Instrumentos Financeiros admitidos à negociação em Plataformas Negociação (PN)	179 702 728	62,35%	190 507 713	62,04%
Títulos de dívida pública	3 057 550	1,06%	6 808 960	2,22%
Obrigações Diversas	1 784 493	0,62%	-	0,00%
Unidades de participação/ações de OIC que não OII (ETFs)	174 798 406	60,65%	183 673 953	59,82%
Opções	62 278	0,02%	24 800	0,01%
Instrumentos Financeiros não admitidos à negociação em PN	96 458 091	33,47%	107 315 417	34,95%
Unidades de participação/ações de OIC que não OII	96 458 091	33,47%	107 315 417	34,95%
Total do ativo	**288 215 692**	**95,82%**	**307 049 844**	**97,00%**

1.9. Valorimetria

Para dar cumprimento ao disposto no artigo 42.º do Regulamento CMVM n.º 2 / 2015, a SAM SGOIC, enquanto entidade responsável pela gestão do OIC identifica os seguintes critérios e metodologias adotados e os pressupostos utilizados para a valorização das diferentes categorias de ativo que integrem a carteira, com especial destaque para os valores não negociados em mercado regulamentado ou equiparados

1.9.1. Valores mobiliários

O valor da unidade de participação dos OIC geridos é calculado diariamente nos dias úteis e determina-se pela divisão do valor líquido global do Fundo pelo número de unidades de participação em circulação. O valor líquido global do Fundo é apurado deduzindo, à soma dos valores que o integram, o montante de comissões e encargos suportados até ao momento da valorização

da carteira. Para efeitos de valorização dos ativos que integram o património do OIC, as 17 horas GMT representam o momento de referência relevante do dia.

As fontes de preços são obtidas via sistema Bloomberg através da aplicação Data License, sem prejuízo de, segundo o tipo de ativo a avaliar, se utilizarem outros canais, como informações remetidas por market makers (email, correio) ou divulgadas em websites, ou outros.

Como regra, os valores mobiliários referidos na política de investimentos deverão ser admitidos à negociação no Mercado Regulamentado de qualquer Estado-membro da União Europeia, podendo ainda ser admitidos à negociação noutros mercados, nomeadamente, e a título de exemplo: NYSE, Bolsa de Valores de Zurique, Bolsa de Valores de Tóquio e Bolsa de Valores de São Paulo.

Ações

A valorização dos valores mobiliários admitidos à cotação ou negociação em mercados regulamentados será feita com base na última cotação disponível no momento de referência relevante do dia em que se esteja a proceder à valorização da carteira do OIC. Havendo diversas praças a cotar a mesma ação, regra geral, preço é obtido através da praça em que os valores tenham sido transacionados aquando da entrada em carteira.

Não havendo cotação do dia em que se esteja a proceder à valorização, ou não podendo a mesma ser utilizada, designadamente por ser considerada não representativa, tomar-se-á em conta a última cotação de fecho disponível.

A valorização dos valores mobiliários em processo de admissão à cotação será feita tendo por base a última cotação conhecida, no momento de referência relevante, das ações da mesma espécie emitidas pela mesma entidade e admitidas à negociação atendendo às condições de fungibilidade e liquidez entre as emissões.

Relativamente aos aumentos de capital, os direitos avaliam-se ao seu valor teórico até que cotizem.

No respeitante a ações não admitidas à cotação ou negociação em mercados regulamentados, as mesmas serão avaliadas com recurso a modelos teóricos considerados adequados pela SAM para as características do ativo a avaliar e aprovados pelo Comité de Riscos. Alternativamente, poderá a sociedade gestora utilizar o valor da oferta firme divulgado por market makers.

Fundos de investimento de terceiros

O presente número aplica-se a todos os fundos não geridos pela SAM SGOIC – Fundos de Investimento geridos por terceiros, nomeadamente, Fundos Mobiliários, Exchange Trade Funds (ETFs), Fundos de Investimento Alternativo, Private Equity, Fundos de Investimento Imobiliário, Fundos de Capital de Risco, entre outros.

Em relação aos Fundos Mobiliários, não geridos pela SAM, e ETFs obtém-se a valorização através da Bloomberg utilizando o valor da última unidade de participação disponível no momento de referência relevante do dia, que em regra coincide com o valor de fecho do dia anterior (d-1).

Para os restantes tipos de fundos mencionados, como norma utiliza-se a informação disponibilizada pela sociedade gestora dos mesmos, via website, email, correio ou outro tipo de informação que permita aferir o valor a utilizar.

Títulos de dívida (obrigações)

No caso de valores representativos de dívida, e quando a SAM considera que, por falta de representatividade das transações realizadas no mercado em que esses valores estejam cotados ou admitidos à negociação, a cotação não reflete o seu presumível valor de realização, ou nos casos em que esses valores não estejam admitidos à cotação ou negociação numa bolsa de valores

ou mercado regulamentado, será utilizada a cotação que de acordo com os critérios implementados na SAM melhor reflita o presumível valor de realização dos títulos em questão (bid price), no momento de referência relevante do dia.

A cotação dos títulos de dívida será obtida com recurso a:

1. Sistemas internacionais de informação de cotações como a Bloomberg (via *Data License*), onde a seleção dos contribuidores é feita com base naqueles que se consideram melhor refletirem a informação disponível no mercado, sendo sempre uma oferta presumível do valor de realização. Neste caso, também se aplica o mesmo critério de utilização do último preço disponível no momento de referência relevante do dia.

2. Junto de *market makers* que a SAM escolha, onde será utilizada a melhor oferta de compra dos títulos em questão, ou na impossibilidade da sua obtenção o valor médio das ofertas de compra.

Em ambas as situações referidas em 1) e 2) têm que ser observados os seguintes pressupostos:

- Excluem-se as ofertas de compra firmes de entidades que se encontram em relação de domínio ou de grupo com a SAM SGOIC;
- Desconsideram-se médias que incluam valores cuja composição e/ou critérios de ponderação sejam desconhecidos, tais como, BVAL, BGN.

No caso de instrumentos representativos de dívida, serão ainda considerados os seguintes mercados especializados: Mercado especial de dívida pública (MEDIP); MTS; outros mercados não regulamentados, com sistemas de liquidação reconhecidos e de utilização corrente, tais como Clearstream ou Euroclear, onde estejam salvaguardadas as condições que têm como objetivo assegurar a liquidez e a adequada avaliação dos títulos objeto de transação.

3. Na situação de indisponibilidade do referido nos pontos 1. e 2., poderão ocorrer duas situações distintas:
   – Títulos que são valorizados com preços fornecidos por entidades financeiras de reconhecida credibilidade no mercado em que os ativos em causa se enquadram, desde que estas entidades não se encontrem em relação de domínio ou de grupo, nos termos dos artigos do Código dos Valores Mobiliários, com a Entidade Gestora. Estes preços podem ser extraídos de páginas da Bloomberg ou recebidos via correio eletrónico;
   – Aplicação de modelos teóricos que a SAM considere apropriados, atendendo às características do título. A título de exemplo, descontando os fluxos de caixa estimados para a vida remanescente do título a uma taxa de juro que reflita o risco associado ao ativo. Com o objetivo de aferir da validade e fiabilidade do modelo, recorre-se à comparação direta com títulos semelhantes. A aprovação destes modelos é da competência do Comité de Riscos da SAM.

1.9.2. Instrumentos do mercado monetário

Para instrumentos do mercado monetário representativos de dívida, que sejam líquidos e transacionáveis, nomeadamente os bilhetes do tesouro, normalmente utilizam-se as cotações obtidas através de Sistemas internacionais de informação de cotações como a Bloomberg (via *Data License*), seguindo os critérios já explicados para os títulos representativos de dívida.

Para os restantes instrumentos do mercado monetário, com prazo inferior a um ano, cujo valor possa ser determinado com precisão a qualquer momento, nomeadamente, certificados de depósito, papel comercial, e depósitos a prazo, a sua valorização será efetuada, na falta de preços de mercado, com base no reconhecimento diário do rendimento inerente à operação.

1.9.3. Instrumentos derivados

Os instrumentos financeiros derivados cotados deverão ser negociados em Bolsas e mercados regulamentados da União Europeia. Acessoriamente poderá investir ainda nos mercados CBOT, EUREX, Hong Kong Futures Exchange, Tokyo International Financial Futures Exchange e LIFFE.

O OIC poderá ainda transacionar instrumentos financeiros derivados fora de mercado regulamentado e de sistema de negociação multilateral desde que satisfaça os seguintes requisitos:

1. Os ativos subjacentes sejam instrumentos financeiros tais como índices financeiros, taxas de juro, de câmbio ou divisas nos quais o fundo possa efetuar as suas aplicações, nos termos dos documentos constitutivos;
2. As contrapartes nas operações sejam instituições autorizadas e sujeitas a supervisão prudencial, de acordo com critérios definidos pela legislação da União Europeia, ou sujeitas a regras prudenciais equivalentes; e
3. Os instrumentos estejam sujeitos a avaliação diária fiável e verificável e possam ser vendidos, liquidados ou encerrados a qualquer momento pelo seu justo valor, por iniciativa do fundo.

Na valorização de instrumentos derivados admitidos à negociação em mercados regulamentados, utilizar-se-á a última cotação divulgada pelos respetivos mercados no momento de referência relevante do dia. Não existindo cotação porque se trata de um instrumento derivado não admitido à negociação, ou no caso de a cotação existente não ser considerada representativa pela SAM, esta seguirá um dos dois métodos:

1. Os valores disponíveis no momento de referência do dia em que se esteja a proceder à valorização da carteira do OIC das ofertas de compra e venda difundidas por um *market maker* da escolha da Sociedade Gestora;
2. Valores obtidos utilizando modelos teóricos que, no entender da Sociedade Gestora sejam considerados adequados às características do instrumento a valorizar. Estes modelos consistem na atualização dos cash-flows futuros para calcular o valor atual das posições em carteira, líquidos dos pagamentos a efetuar, descontados às taxas de juro implícitas na curva de rendimentos para o período de vida do instrumento em questão.

1.9.4. Câmbios

No que respeita à valorização cambial, os ativos denominados em moeda estrangeira serão avaliados em função das últimas cotações conhecidas no momento de referência relevante do dia de valorização, divulgadas pelo Banco de Portugal, ou alternativamente, por agências internacionais de informação financeira mundialmente reconhecidas, como a Bloomberg.

A valorização dos forwards cambiais é feita diariamente, calculando o diferencial entre a taxa cambial contratada e a taxa spot.

1.10. Remunerações Atribuídas

O Montante total das remunerações atribuídas pela SAM no exercício económico findo a 30 de junho de 2026, aos seus 21 (vinte e um) colaboradores, subdivide-se em remunerações fixas e variáveis:

1. A título de remunerações fixas: 578 363 €; e,
2. A título de remunerações variáveis: 164 275 €.

Montante Agregado de Remunerações

O montante agregado da remuneração, discriminado por categorias de colaboradores, é o seguinte:

- Membros executivos dos órgãos sociais (1 colaboradores): 124 375 €;
- Colaboradores cujas atividades tem um impacto significativo no perfil de risco do OIC (1 colaborador): 44 270 €;
- Restantes colaboradores (19 colaboradores): 573 994 €.

As remunerações foram calculadas conforme definido pelos contratos de trabalho e pela política de remuneração da Sociedade. Durante o 1ºsemestre de 2026 não se detetaram irregularidades em matéria de remunerações e também não se realizaram alterações significativas à política de remuneração.

1.11. Política de Voto

No âmbito das suas atividades, a Sociedade tem o dever fiduciário de atuar no melhor interesse dos seus investidores. De acordo com os padrões de mercado, para atingir esse objetivo, um dos aspetos que a SAM leva em consideração diz respeito ao exercício dos direitos de voto, de forma eficaz e responsável.

O Grupo Santander Asset Management dispõe de uma Política de Voto, que foi estabelecida como um marco global de aplicação transversal em todas as entidades do Grupo. A partir deste documento, a SAM SGOIC definiu e fez aprovar a sua própria Política de Voto, atualizada em 2025, pode ser consultada na página web da sociedade em www.santanderassetmanagement.pt.

Esta Política, a estabelece as diretrizes a considerar no processo de voto em assembleias gerais de acionistas de sociedades cotadas em que os veículos sob gestão da SAM SGOIC investem. A Política encontra-se alinhada com a legislação aplicável e com os normativos internos voluntários que promovem as melhores práticas, sendo consistente com os objetivos respetivos de cada veículo sob gestão.

A informação necessária para decidir o voto emerge de diversas fontes que incluem a análise interna da SAM e a utilização de serviços de proxy advisors (Institutional Shareholder Services y Glass Lewis). Os serviços de proxy advisors contempla a análise da informação "ASG" de forma a poder incorporá-la nas recomendações de voto com base em modelos e melhores práticas.

Principais números em 2025

A informação detalhada das atividades de voto pode ser consultada na página web institucional da Sociedade em https://www.santanderassetmanagement.pt/documentos/politicas.

Da mesma forma, no relatório de voto da Sociedade (disponível em https://www.santanderassetmanagement.pt/documentos/politicas) são explicados os principais motivos que levaram a sociedade a votar desfavoravelmente (contra) ou a abster-se em algumas ocasiões, sempre alinhados com as melhores práticas, a regulamentação e com os padrões internacionais e locais de referência aplicáveis em cada caso.

1.12. Erros de Valorização

No exercício económico findo a 30 de junho de 2026 não houve publicidade de erros na valorização das unidades de participação do organismo de investimento coletivo, conforme divulgado no site da CMVM.

1.13. Eventos Subsequentes

No âmbito do projeto de reorganização do negócio de gestão de ativos do Grupo Santander, foram obtidas as autorizações da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) e da Comisión Nacional del Mercado de Valores (CNMV) para a fusão da Santander Asset Management, SGOIC, S.A. na Santander Asset Management, SGIIC, S.A.U., bem como para a subsequente constituição de uma sucursal desta última em Portugal, através da qual passará a ser desenvolvida a atividade de gestão de ativos no mercado português.

A implementação da operação encontra-se em curso, estando prevista a constituição da sucursal até ao final de 2026, em conformidade com o calendário de execução aprovado.

Com base na informação disponível à data de aprovação do presente Relatório e Contas, não se prevê que esta reorganização tenha impacto material na gestão dos Fundos, na respetiva política ou objetivos de investimento, nem nos direitos dos participantes. Os participantes serão informados de quaisquer desenvolvimentos relevantes, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis.

Lisboa, 24 de agosto de 2026

2. Relatório de Auditoria

Tel: +351 217 990 420
www.bdo.pt

Av. da República, 50 - 10º
1069-211 Lisboa

RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do **Fundo de Investimento Mobiliário Aberto Santander Select Defensivo** (o "OIC"), gerido pela Santander Asset Management - SGOIC, SA (a "Entidade Gestora"), que compreendem o balanço, em 30 de junho de 2026 (que evidencia um total de 288 215 692 euros e um total de capital do OIC de 287 732 347 euros, incluindo um resultado líquido de 6 878 241 euros), a demonstração dos resultados, e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao semestre findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira **Fundo de Investimento Mobiliário Aberto Santander Select Defensivo**, em 30 de junho de 2026, e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao semestre findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os fundos de investimento mobiliário.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção *"Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras"* abaixo. Somos independentes do OIC nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão da Entidade Gestora é responsável pela: (i) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do OIC de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os fundos de investimento mobiliário; (ii) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis; (iii) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações

financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro; (iv) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e (v) avaliação da capacidade do OIC de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização da Entidade Gestora é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do OIC.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

(i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

(ii) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade Gestora do OIC;

(iii) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão da Entidade Gestora do OIC;

(iv) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão da Entidade Gestora do OIC, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do OIC para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso

relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o OIC descontinue as suas atividades;

(v) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

(vi) comunicamos com os encarregados da governação da Entidade Gestora do OIC, incluindo o órgão de fiscalização da Entidade Gestora, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o OIC, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Lisboa, 28 de agosto de 2026

Cláudia Gomes Sena,
(ROC nº 1691, inscrito na CMVM sob o nº 20161301)
em representação de BDO & Associados – SROC

3. Balanço do Fundo de Investimento Mobiliário Aberto Santander Select Defensivo referente ao período findo em 30 de junho de 2026

(valores em Euros) **BALANÇO** Data: **2026-06-30**

ACTIVO

Código		2026-06-30 Bruto	Mv	mv/P	Líquido	2025-12-31 Líquido
	Outros Activos					
32	Activos Fixos Tangíveis das SIM					
33	Activos Fixos Intangíveis das SIM					
	Total Outros Activos das SIM					
	Carteira de Títulos					
21	Obrigações	4 806 378	35 665		4 842 043	6 808 960
22	Acções					
23	Outros Títulos de Capital					
24	Unidades de Participação	253 519 956	18 082 045	(345 504)	271 256 497	290 989 371
25	Direitos	103 758		(41 479)	62 279	24 800
26	Outros Instrumentos da Dívida					
	Total da Carteira de Títulos	258 430 092	18 117 710	(386 983)	276 160 819	297 823 131
	Outros Activos					
31	Outros activos					
	Total de Outros Activos					
	Terceiros					
411+...+ 418	Contas de Devedores	1 326 640			1 326 640	1 827 959
424	Estado e Outros Entes Públicos					
	Total de Valores a Receber	1 326 640			1 326 640	1 827 959
	Disponibilidades					
11	Caixa					
12	Depósitos à Ordem	10 548 102			10 548 102	7 379 551
13	Depósitos a Prazo e com Pré-aviso					
14	Certificados de Depósito					
18	Outros Meios Monetários					
	Total das Disponibilidades	10 548 102			10 548 102	7 379 551
	Acréscimos e diferimentos					
51	Acréscimos de Proveitos	28 470			28 470	19 203
52	Despesas com Custo Diferido					
58	Outros acréscimos e diferimentos	151 660			151 660	1
59	Contas transitórias activas					
	Total de Acréscimos e Diferimentos Activos	180 130			180 130	19 204
	TOTAL DO ACTIVO	270 484 964	18 117 710	(386 983)	288 215 692	307 049 844
	Número total de Unidades de Participação em circulação- Classe A				8 258 380	8 663 398
	Número total de Unidades de Participação em circulação- Classe B				43 870 082	48 194 084

CAPITAL E PASSIVO

Código		2026-06-30	2025-12-31
	Capital do OIC		
61	Unidades de Participação	260 642 312	284 287 411
62	Variações Patrimoniais	18 123 406	20 144 287
64	Resultados Transitados	2 088 388	(8 734 077)
65	Resultados Distribuídos		
67	Dividendos antecipados das SIM		
66	Resultado Líquido do Período	6 878 241	10 822 465
	Total do Capital do OIC	287 732 347	306 520 086
	Provisões Acumuladas		
481	Provisões para Encargos		
	Total de Provisões Acumuladas		
	Terceiros		
421	Resgates a Pagar aos Participantes		
422	Rendimentos a Pagar aos Participantes		
423	Comissões a Pagar	410 097	439 711
424+...+429	Outras contas de Credores	35 961	38 729
43+12	Empréstimos Obtidos	109	108
44	Pessoal		
46	Accionistas		
	Total de Valores a Pagar	446 168	478 549
	Acréscimos e diferimentos		
55	Acréscimos de Custos	21 201	13 399
56	Receitas com Proveito Diferido		
58	Outros Acréscimos e Diferimentos	15 976	37 811
59	Contas transitórias passivas		
	Total de Acréscimos e Diferimentos Passivos	37 177	51 210
	TOTAL DO CAPITAL E PASSIVO	288 215 692	307 049 844
	Valor Unitário da Unidade Participação-Classe A	5,3606	5,2368
	Valor Unitário da Unidade Participação-Classe B	5,5496	5,4187

(valores em Euro)

CONTAS EXTRAPATRIMONIAIS

Data: **2026-06-30**

DIREITOS SOBRE TERCEIROS

Código		2026-06-30	2025-12-31
	Operações Cambiais		
911	À vista		
912	A prazo (forwards cambiais)		
913	Swaps cambiais		
914	Opções		
915	Futuros	9 672 306	9 023 064
	Total	9 672 306	9 023 064
	Operações Sobre Taxas de Juro		
921	Contratos a prazo (FRA)		
922	Swap de taxa de juro		
923	Contratos de garantia de taxa de juro		
924	Opções		
925	Futuros		
	Total		
	Operações Sobre Cotações		
934	Opções	108 039	119 251
935	Futuros	13 627 800	29 941 413
	Total	13 735 839	30 060 665
	Compromissos de Terceiros		
942	Operações a prazo (reporte de valores)		
943	Valores recebidos em garantia		
944	Empréstimos de títulos		
	Total		
	TOTAL DOS DIREITOS	23 408 145	39 083 728
99	*CONTAS DE CONTRAPARTIDA*	20 197 890	9 360 311

RESPONSABILIDADES PERANTE TERCEIROS

Código		2026-06-30	2025-12-31
	Operações Cambiais		
911	À vista		
912	A prazo (forwards cambiais)		
913	Swaps cambiais		
914	Opções		
915	Futuros		
	Total		
	Operações Sobre Taxas de Juro		
921	Contratos a prazo (FRA)		
922	Swap de taxa de juro		
923	Contratos de garantia de taxa de juro		
924	Opções		
925	Futuros		
	Total		
	Operações Sobre Cotações		
934	Opções		94 451
935	Futuros	20 197 890	9 265 860
	Total	20 197 890	9 360 311
	Compromissos Com Terceiros		
942	Subscrição de títulos		
943	Operações a prazo (reporte de valores)		
944	Valores cedidos em garantia		
	Total		
	TOTAL DAS RESPONSABILIDADES	20 197 890	9 360 311
99	*CONTAS DE CONTRAPARTIDA*	23 408 145	39 083 728

4. Demonstração dos Resultados do Fundo de Investimento Mobiliário Aberto Santander Select Defensivo referente ao período findo em 30 de junho de 2026

(valores em Euros) **DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS** Data: **2026-06-30**

CUSTOS E PERDAS				*PROVEITOS E GANHOS*			
Código		**2026-06-30**	**2025-06-30**	**Código**		**2026-06-30**	**2025-06-30**
	Custos e Perdas Correntes				**Proveitos e Ganhos Correntes**		
	Juros e Custos Equiparados				Juros e Proveitos Equiparados		
711+...+718	De Operações Correntes	1 133	5 617	812+813	Da Carteira de Títulos e Outros Activos		91 343
719	De Operações Extrapatrimoniais			811+814+817+818	De Operações Correntes	83 463	152 444
	Comissões e Taxas			819	De Operações Extrapatrimoniais		
722+723	Da Carteira de Títulos e Outros Activos	11 333	59 074		Rendimentos de Títulos e Outros Activos		
724+...+728	Outras, de Operações Correntes	1 926 472	2 243 329	822+...+824+825	Da Carteira de Títulos e Outros Activos	1 006 884	996 133
729	De Operações Extrapatrimoniais	10 163	41 603	829	De Operações Extrapatrimoniais		
	Perdas em Operações Financeiras				Ganhos em Operações Financeiras		
732+733	Na Carteira de Títulos e Outros Activos	13 992 580	34 555 553	832+833	Na Carteira de Títulos e Outros Activos	21 770 294	37 517 008
731+738	Outras, em Operações Correntes			831+838	Outros, em Operações Correntes		
739	Em Operações Extrapatrimoniais	12 066 316	12 440 272	839	Em Operações Extrapatrimoniais	12 118 161	13 577 257
	Impostos				Reposição e Anulação de Provisões		
7411+7421	Imposto sobre o Rendimento de Capitais e Incrementos Patrimoniais			851	Provisões para Encargos		
7412+7422	Impostos Indirectos	93 609	151 360	87	Outros Proveitos e Ganhos Correntes	5 113	39 331
7418+7428	Outros impostos						
	Provisões do Exercício				*Total dos Proveitos e Ganhos Correntes (B)*	34 983 915	52 373 516
751	Provisões para Encargos						
77	Outros Custos e Perdas Correntes	4 123	3 474	89	**Outros Proveitos e Ganhos das SIM**		
	Total dos Custos e Perdas Correntes (A)	28 105 731	49 500 282		*Total dos Outros Proveitos e Ganhos das SIM (D)*		
79	**Outros Custos e Perdas das SIM**				**Proveitos e Ganhos Eventuais**		
	Total dos Outros Custos e Perdas das SIM (C)			881	Recuperação de Incobráveis		
				882	Ganhos Extraordinários		
	Custos e Perdas Eventuais			883	Ganhos Imputáveis a Exercícios Anteriores		
781	Valores Incobráveis			888	Outros Proveitos e Ganhos Eventuais	57	371
782	Perdas Extraordinárias						
783	Perdas Imputáveis a Exercícios Anteriores		10		*Total dos Proveitos e Ganhos Eventuais (F)*	57	371
788	Outras Custos e Perdas Eventuais						
	Total dos Custos e Perdas Eventuais (E)		10				
63	Impostos Sobre o Rendimento do Exercício						
66	**Resultado Líquido do Período**	6 878 241	2 873 595	66	**Resultado Líquido do Período**		
	TOTAL	34 983 972	52 373 887		*TOTAL*	34 983 972	52 373 887
(8x2/3/4/5)-(7x2/3)	Resultados da Carteira de Títulos e Outros Activos	8 773 264	3 989 857	F-E	Resultados Eventuais [(F)-(E)]	57	361
8x9-7x9	Resultados das Operações Extrapatrimoniais	41 682	1 095 383	B+D+F-A-C-E+74	Resultados Antes de Impostos	6 971 850	3 024 955
B-A	Resultados Correntes [(B)-(A)]	6 878 184	2 873 234	B+D+F-A-C-E	Resultado Líquido do Período	6 878 241	2 873 595

5. Demonstração dos Fluxos de Caixa do Fundo de Investimento Mobiliário Aberto Santander Select Defensivo referente ao período findo em 30 de junho de 2026

DISCRIMINAÇÃO DOS FLUXOS	30-06-2026	30-06-2025
OPERAÇÕES SOBRE AS UNIDADES DO OIC		
RECEBIMENTOS:	**6 376 211**	**4 431 069**
Subscrições de unidades de participação	6 376 211	4 426 411
Comissão de Subscrição		
Comissão de Resgate		
Out.Receb.s/Unid.OIC		4 657
PAGAMENTOS:	**(32 042 191)**	**(30 366 838)**
Resgates de unidades de participação	(32 042 191)	(30 366 836)
Out.Pag.s/Unid.OIC		(1)
Fluxo das Operações sobre as Unidades do OIC	**(25 665 980)**	**(25 935 769)**
OPERAÇÕES DA CARTEIRA DE TÍTULOS E OUTROS ACTIVOS		
RECEBIMENTOS:	**77 016 678**	**191 622 202**
Venda de títulos e outros ativos da carteira	17 201 107	59 573 511
Reembolso de títulos e outros ativos da carteira		24 121 454
Resgates de unidades de participação noutros OIC	58 808 687	106 631 970
Rendimento de títulos e outros ativos da carteira	1 006 884	999 166
Juros e proveitos similares recebidos		296 101
Outros recebimentos relacionados com a carteira		
PAGAMENTOS:	**(46 422 648)**	**(173 068 740)**
Compra de títulos e outros ativos da carteira	(7 591 081)	(42 227 442)
Subscrição de unidades de participação noutros OIC	(38 829 838)	(130 820 400)
Subscrição de títulos e outros ativos		
Juros e custos similares pagos		(5 052)
Comissões de Bolsa suportadas		
Comissões de corretagem	(87)	(1 722)
Outras taxas e comissões	(1 643)	(14 124)
Fluxo das Operações da Carteira de Títulos e Outros Ativos	**30 594 030**	**18 553 462**
OPERAÇÕES A PRAZO E DE DIVISAS		
RECEBIMENTOS:	**13 727 581**	**15 978 444**
Operações cambiais	1 311 925	2 750 731
Operações de taxa de juro		
Operações sobre cotações	11 878 904	12 860 260
Margem inicial em contratos de futuros e opções	536 751	367 453
PAGAMENTOS:	**(13 512 739)**	**(14 074 524)**
Operações cambiais	(1 262 686)	(2 908 170)
Operações de taxa de juro		
Operações sobre cotações	(12 239 923)	(11 130 434)
Margem inicial em contratos de futuros e opções		
Comissões em contratos de futuros	(10 130)	(35 920)
Fluxo das Operações a Prazo e de Divisas	**214 842**	**1 903 920**
OPERAÇÕES GESTÃO CORRENTE		
RECEBIMENTOS:	**79 598**	**263 233**
Juros de depósitos bancários	79 247	246 454
Outros recebimentos correntes	352	16 779
PAGAMENTOS:	**(2 053 996)**	**(2 446 430)**
Juros Disp./Emprst.	(370)	(560)
Comissão de gestão	(1 893 680)	(2 260 492)
Comissão de depósito	(53 949)	(61 718)
Compras com acordo de revenda		
Impostos e taxas	(102 445)	(118 098)
Outros pagamentos correntes	(3 552)	(5 563)
Fluxo das Operações de Gestão Corrente	**(1 974 397)**	**(2 183 197)**
OPERAÇÕES EVENTUAIS		
RECEBIMENTOS:	**57**	**371**
Outros recebimentos de operações eventuais	57	371
PAGAMENTOS:		**(826)**
Valores Exerc. Ant.		(10)
Outros pagamentos de operações eventuais		(816)
Fluxo das Operações Eventuais	**57**	**(455)**
Saldo dos Fluxos de Caixa do Período:	**3 168 551**	**(7 662 040)**
Disponibilidades no Início do Período:	**7 379 551**	**18 904 159**
Disponibilidades no Fim do Período:	**10 548 102**	**11 242 120**

6. Divulgações às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2026

(valores expressos em euros)

As notas que se seguem respeitam à numeração definida no Regulamento da CMVM n.º 06/2013 emitido pela CMVM em 12 de setembro de 2013. As Notas que não constam deste Relatório são "não aplicáveis".

Nota 1 – Capital do Fundo

Os movimentos ocorridos no capital do Fundo durante o período findo em 30 de junho de 2026 apresentam o seguinte detalhe:

Descrição	2025-12-31	Subscrições		Resgates		Distribuição de Resultados	Outros	Resultados do Exercício	2026-06-30
		Categoria A	Categoria B	Categoria A	Categoria B				
Valor base	284 287 411	1 818 974	4 060 580	(3 844 064)	(25 680 589)	-	-	-	260 642 312
Diferença p/Valor Base	20 144 287	110 317	386 340	(200 765)	(2 316 774)	-	-	-	18 123 406
Resultados distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultados acumulados	(8 734 077)	-	-	-	-	-	10 822 465	-	2 088 388
Resultados do período	10 822 465	-	-	-	-	-	(10 822 465)	6 878 241	6 878 241
Total	**306 520 086**	**1 929 291**	**4 446 920**	**(4 044 829)**	**(27 997 362)**	**-**	**-**	**6 878 241**	**287 732 347**
Nº de Unidades participação									
Categoria A	8 663 398	363 795	-	(768 813)		-	-	-	8 258 380
Categoria B	48 194 084	-	812 116	-	(5 136 118)	-	-	-	43 870 082
Valor Unidades participação									
Categoria A	5,2368	5,3032	-	5,2611	-	-	-	-	5,3606
Categoria B	5,4187	-	5,4757	-	5,4511	-	-	-	5,5496

A relação entre Participante e Unidades de Participação é a seguinte:

Escalões	Número de participantes	
	Categoria A	Categoria B
Ups>= 25%	-	-
10%<= Ups < 25%	-	-
5%<= Ups < 10%	-	-
2%<= Ups < 5%	-	-
0.5%<= Ups < 2%	3	1
Ups<0.5%	6 164	9 898
TOTAL	**6 167**	**9 899**

O valor de cada Unidade de Participação e o valor líquido global do Fundo foi o seguinte:

Ano	Data	Categoria A			Categoria B			Total	
		VLGF	Valor da UP	Nº UP em circulação	VLGF	Valor da UP	Nº UP em circulação	VLGF	Nº UP em circulação
2026	30/jun/26	44 270 108	5,3606	8 258 380	243 462 238	5,5496	43 870 082	287 732 347	52 128 462
	31/mai/26	44 095 476	5,3422	8 254 236	244 252 998	5,5300	44 168 367	288 348 475	52 422 603
	30/abr/26	43 691 520	5,2584	8 308 921	243 266 536	5,4429	44 694 662	286 958 056	53 003 583
	31/mar/26	43 385 391	5,1481	8 427 449	242 350 534	5,3283	45 483 983	285 735 924	53 911 432
	28/fev/26	45 755 561	5,3161	8 606 918	256 964 962	5,5017	46 706 453	302 720 522	55 313 371
	31/jan/26	45 181 267	5,2738	8 567 098	258 383 183	5,4575	47 344 825	303 564 450	55 911 923
2025	31/dez/25	45 368 767	5,2368	8 663 398	261 151 319	5,4187	48 194 084	306 520 086	56 857 482
	30/set/25	46 205 254	5,1863	8 909 091	269 477 740	5,3651	50 227 991	315 682 993	59 137 082
	30/jun/25	47 338 422	5,1095	9 264 719	277 448 661	5,2843	52 504 021	324 787 083	61 768 740
	31/mar/25	48 623 841	5,0251	9 676 270	285 146 503	5,1956	54 881 897	333 770 345	64 558 168
2024	31/dez/24	49 964 358	5,0661	9 862 420	297 889 554	5,2368	56 884 214	347 853 913	66 746 635
	30/set/24	42 596 858	5,0378	8 455 370	178 239 130	5,2097	34 212 835	220 835 987	42 668 206
	30/jun/24	42 897 096	4,9185	8 721 545	180 085 085	5,0850	35 415 039	222 982 181	44 136 584
	31/mar/24	44 159 928	4,8883	9 033 751	184 062 298	5,0525	36 430 205	228 222 227	45 463 956

Nota 3 – Carteira de Títulos

Em 30 de junho de 2026 esta rubrica tinha a seguinte decomposição:

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos Valias	Valor da carteira	Juros corridos	Total
01 - Instr.Fin.Cotados,em Admis. e Não Cotad.						
01.01 - Instrumentos Financeiros Cotados						
01.01.01 - Títulos de dívida pública						
BOTS 0% 14/08/26	555 318	4 106	-	559 424	-	559 424
BTF 0% 09/09/26	1 212 066	14 220	-	1 226 286	-	1 226 286
SGLT 0 09/04/26	1 262 696	9 145	-	1 271 841	-	1 271 841
	3 030 079	27 471	-	3 057 550	-	3 057 550
01.01.01 - Obrigações diversas						
EUB 0% 05/02/27	1 776 299	8 194	-	1 784 493	-	1 784 493
	1 776 299	8 194	-	1 784 493	-	1 784 493
01.01.05 - Ups e Acções de OIC que não OII (ETFs)						
X MSCI EMERGING MARK	804 297	486 591	-	1 290 888	-	1 290 888
ISHARES GLB HY EUR	7 922 692	-	(27 753)	7 894 939	-	7 894 939
Invesco Bloomb CMDTY	729 025	256 983	-	986 008	-	986 008
ISHARES CORE MSCI EU	3 465 724	733 139	-	4 198 863	-	4 198 863
AM EURO GOV BOND 5-7	6 874 131	103 094	-	6 977 225	-	6 977 225
HSBC S&P 500 UCITS E	4 515 737	688 210	-	5 203 947	-	5 203 947
ISHARES EUR GOV 3-5Y	8 770 976	-	(88 961)	8 682 015	-	8 682 015
ISHARES S&P500 SWAP	990 438	12 310	-	1 002 748	-	1 002 748
ISHARES CORE EUR COR	4 033 962	46 984	-	4 080 946	-	4 080 946
VANG EUR CPB BOND	12 634 965	485 155	-	13 120 120	-	13 120 120
INVESCO PHYSICAL GOL	831 482	525 712	-	1 357 194	-	1 357 194
AMUNDI EUR COR BOND	10 292 083	330 229	-	10 622 312	-	10 622 312
INVESC SP 500 AC EUR	7 692 723	2 537 483	-	10 230 206	-	10 230 206
AM S&P 500 II-ETF AC	5 003 787	770 036	-	5 773 823	-	5 773 823
ISHARES HY EUR - H D	6 583 914	-	(110 690)	6 473 224	-	6 473 224
ISHARES EUR GOVT 1-3	12 406 253	-	(118 098)	12 288 155	-	12 288 155
XTRACKERS MSCI EUROP	3 020 504	1 186 065	-	4 206 569	-	4 206 569
X EURZ GOVT BOND 1-3	11 218 026	489 569	-	11 707 595	-	11 707 595
X EURZ GOVT BOND 5-7	12 977 535	456 833	-	13 434 368	-	13 434 368
X EURZ GOVT BOND 7-1	15 536 689	482 574	-	16 019 263	-	16 019 263
AMUNDI MSCI EUROPE U	2 763 684	1 086 539	-	3 850 223	-	3 850 223
AMUNDI INDEX MSCI EM	1 037 228	664 149	-	1 701 377	-	1 701 377
X SP500 SWAP	3 370 142	489 257	-	3 859 399	-	3 859 399
AM EURO GOV BOND 3-5	11 303 449	33 645	-	11 337 094	-	11 337 094
UBS ETF BRCLYS EUR	8 381 228	118 680	-	8 499 908	-	8 499 908
	163 160 672	11 983 238	(345 503)	174 798 406	-	174 798 406
01.01.08 - Opções						
TYQ6C 111 Ago26	103 758	-	(41 479)	62 278	-	62 278
	103 758	-	(41 479)	62 278	-	62 278
01.03.05 - Ups e Acções de OIC que não OII (ETFs)						
MUZ ENHANCED YIELD S	1 662 077	78 695	-	1 740 772	-	1 740 772
ALGEBRIS FINAN CR-I	1 584 704	108 849	-	1 693 554	-	1 693 554
AMUNDI ULT SHT BD SR	6 512 019	330 087	-	6 842 106	-	6 842 106
SCHRODER INTL EURO C	10 194 532	493 189	-	10 687 722	-	10 687 722
UBS LUX B-EU H/Y-IA3	1 507 633	12 071	-	1 519 704	-	1 519 704
M G EU CRD Q1ACCEUR	5 580 874	197 053	-	5 777 927	-	5 777 927
AXA FIIS HY FUND	1 343 554	61 209	-	1 404 763	-	1 404 763
Neuberg FI SD EM	2 125 661	276 486	-	2 402 147	-	2 402 147
BARINGS-GL HY BOND	2 876 831	148 386	-	3 025 217	-	3 025 217
VANGUARD-JPN SI-IN E	2 663 964	770 506	-	3 434 470	-	3 434 470
R CO CONVICTION CRED	10 602 010	35 638	-	10 637 648	-	10 637 648
BLUEBAY-INV GRADE BD	3 868 876	211 242	-	4 080 118	-	4 080 118
AXA WF-US HI YLD BD	1 297 610	112 038	-	1 409 648	-	1 409 648
CANDRIAM SUS BD EC-I	4 745 554	206 656	-	4 952 210	-	4 952 210
MS EUR BOND FUND	10 004 901	651 863	-	10 656 764	-	10 656 764
BLACKROCK GIF I EMMK	-	89	-	89	-	89
INVESCO EUR CRP BD-S	3 143 321	154 174	-	3 297 495	-	3 297 495
SANTANDER GOGLO HI Y	1 255 834	193 462	-	1 449 296	-	1 449 296
ROBECOSAM-EURO SDG C	2 678 727	231 909	-	2 910 636	-	2 910 636
DWS- INVEST- EU H YL	1 026 432	64 949	-	1 091 381	-	1 091 381
UBAM GLOB HY SOL	2 813 863	246 794	-	3 060 657	-	3 060 657
AXA WORLD-EUR CR SHD	3 871 115	312 408	-	4 183 523	-	4 183 523
SANTAN SICAV-ASIAN-I	693 347	726 486	-	1 419 833	-	1 419 833
ODDO-BHF EUR CR SH	1 281 700	129 907	-	1 411 607	-	1 411 607
AXAShort Duration HY	1 516 079	198 733	-	1 714 812	-	1 714 812
BNP PAR SUS ENH BD 1	4 537 165	20 066	-	4 557 231	-	4 557 231
CANDR BONDS-EUR - V	970 899	125 861	-	1 096 760	-	1 096 760
	90 359 284	6 098 807	-	96 458 091	-	96 458 091
TOTAL	**258 430 092**	**18 117 710**	**(386 982)**	**276 160 819**	**-**	**276 160 819**

O movimento ocorrido na rubrica Disponibilidades, durante o período findo em 30 de junho de 2026 foi o seguinte:

Descrição	2025-12-31	Aumentos	Reduções	2026-06-30
Depósitos à ordem	7 379 551	97 200 125	94 031 574	10 548 102
TOTAL	7 379 551	97 200 125	94 031 574	10 548 102

Nota 4 – Princípios Contabilísticos e Critérios Valorimétricos

As demonstrações financeiras do Fundo foram preparadas de acordo com o definido pelo Decreto-Lei nº 27/2023 de 28 de abril e pelas Normas Regulamentares emitidas pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sobre a contabilização das operações dos Organismos de Investimento Coletivo.

a) Carteira de Títulos

A valorização dos ativos que compõem a carteira do Fundo é efetuada de acordo com as seguintes regras:

Para valores mobiliários cotados

- Encontrando-se admitidos à negociação em mais do que um mercado regulamentado, o valor a considerar reflete os preços praticados no mercado que apresente maior quantidade, frequência e regularidade de transacções.
- Para a valorização de ativos cotados, é tomada como referência a cotação de fecho ou o preço de referência divulgado pela entidade gestora do mercado onde os valores se encontram cotados do dia da valorização ou o último preço conhecido quando aqueles não existam.
- Para a valorização de Obrigações cotadas ou admitidas à negociação num mercado regulamentado, é considerado o preço disponível no momento de referência do dia a que respeita a valorização.
- No caso de não existir preço disponível, é considerada a última oferta de compra firme, ou na impossibilidade da sua obtenção, o valor médio das ofertas de compra e venda, difundidas por entidades financeiras de reconhecida credibilidade no mercado em que os ativos em causa se enquadram, desde que estas entidades não se encontrem em relação de domínio ou de grupo, nos termos do artigo 21.º do Código dos Valores Mobiliários, com a Entidade Gestora.
- Na indisponibilidade do ponto acima referido, é considerado o valor resultante da aplicação de modelos teóricos que a Entidade Gestora considere mais apropriados atendendo às caraterísticas do título, nomeadamente o modelo dos cash-flows descontados.
- Para a valorização de instrumentos derivados, cotados ou admitidos à negociação num mercado regulamentado, é considerado o preço de referência do dia a que respeita a valorização.

Para valores mobiliários não cotados

- A valorização de valores em processo de admissão à cotação tem por base a valorização de valores mobiliários da mesma espécie, emitidos pela mesma entidade e admitidos à cotação, tendo em conta as caraterísticas de fungibilidade e liquidez entre as emissões.
- A valorização dos ativos não cotados tem em conta o seu presumível valor de realização e assentará em critérios que tenham por base o valor das ofertas de compra firmes ou, na impossibilidade da sua obtenção, o valor médio das ofertas de compra e de venda, difundidas através de entidades especializadas, desde que estas entidades não se encontrem em relação de domínio ou de grupo, nos termos do artigo 21.º do Código dos Valores Mobiliários, com a Entidade Gestora.
- Na impossibilidade de aplicação do referido, recorrem-se a modelos de avaliação utilizados e reconhecidos universalmente nos mercados financeiros, assegurando-se que os pressupostos utilizados na avaliação têm aderência a valores de mercado.
- Para a valorização das Obrigações não cotadas nem admitidas à negociação em mercado regulamentado, será considerado o presumível valor de oferta de compra firme ou, na impossibilidade da sua obtenção, o valor médio das

ofertas de compra e venda, difundidas por entidades financeiras de reconhecida credibilidade no mercado em que os ativos em causa se enquadram, desde que estas entidades não se encontrem e relação de domínio ou de grupo, nos termos do artigo 21.º do Código dos Valores Mobiliários, com a Entidade Gestora. Na indisponibilidade deste, num prazo máximo de 15 dias, será considerado o valor resultante da aplicação de modelos de avaliação universalmente aceites nos mercados financeiros que a Entidade Gestora considere mais apropriado atendendo às caraterísticas dos títulos.

- São equiparados a valores não cotados, para efeitos de valorização, os valores cotados que não sejam transaccionados nos 15 dias que antecedem a respetiva valorização.
- Para a valorização de instrumentos financeiros derivados OTC, será considerado o preço de compra ou de venda firme, consoante se trate de posições compradas ou vendidas respetivamente; na indisponibilidade deste será considerado, o valor médio das ofertas de compra e venda, difundidas por entidades financeiras de reconhecida credibilidade no mercado em que os ativos em causa se enquadram, desde que as entidades não se encontrem em relação de domínio ou de grupo, nos termos do artigo 21.º do Código dos Valores Mobiliários, com a Entidade Gestora. Na ausência deste último, será considerado o valor resultante da aplicação do modelo de avaliação Black-Scholes, à exceção dos Credit Default Swaps com maturidade inferior a doze meses os quais serão valorizados ao valor de amortização, caso não ocorram eventos de crédito que possam originar variações no preço do valor de amortização.

Valorização cambial

- Os ativos denominados em moeda estrangeira serão avaliados ao câmbio indicativo do Banco de Portugal do próprio dia, difundido através do sistema "Reuters".

b) Valorização das Unidades de Participação

O valor líquido do Fundo é determinado diariamente nos dias úteis e determina-se pela divisão do valor líquido global do Fundo pelo número de unidades de participação em circulação.

O valor líquido global do Fundo é apurado deduzindo à soma dos valores que o integram o montante de comissões e encargos suportados até ao momento da valorização da carteira.

A rubrica de Variações Patrimoniais resulta da diferença entre o valor de subscrição ou resgate relativamente ao valor base da unidade de participação, na data de subscrição ou resgate, respetivamente.

c) Contratos de "Futuros"

As posições abertas em contratos de Futuros são refletidas em contas extra-patrimoniais, sendo valorizadas diariamente com base nas cotações de mercado. Os lucros e prejuízos realizados ou potenciais são reconhecidos em proveitos ou custos do exercício na rubrica "Ganhos ou Perdas em Operações Financeiras", sendo os ajustamentos de cotações diários refletidos em contas de "Acréscimos e diferimentos" e transferidos no dia seguinte para a conta de depósitos à ordem associada.

A margem inicial associada aos respetivos contratos é registada na rubrica "Contas de devedores".

d) Especialização dos exercícios

O Fundo regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, sendo reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

Nota 11 – Exposição ao Risco Cambial

Em 30 de junho de 2026, o Fundo mantinha as seguintes posições cambiais abertas:

Moedas	À vista	A Prazo					Posição Global
		Forward	Futuros	Swaps	Opções	Total a Prazo	
AUD	(1)	-	-	-	-	-	(1)
JPY	814 106	-	-	-	-	-	814 106
USD	9 346 817	-	11 020 625	-	-	11 020 625	20 367 442
CHF	(2)	-	-	-	-	-	(2)
GBP	(503)	-	-	-	-	-	(503)
NOK	63 344	-	-	-	-	-	63 344
SEK	(8)	-	-	-	-	-	(8)
Contravalor Euro	8 212 692	-	9 672 306	-	-	9 672 306	17 884 998

Nota 12 – Exposição ao Risco de Taxa de Juro

À data de 30 de junho de 2026 o Fundo detinha ativos de taxa de juro fixa cuja maturidade é seguinte:

Maturidades	Montante em Carteira (A)	Extra-Patrimoniais (B)				Saldo (A)+(B)
		FRA	Swaps (IRS)	Futuros	Opções	
de 0 a 1 ano	4 842 043	-	-	(19 360 820)	7 032 822	(7 485 954)
de 1 a 3 anos	-	-	-	-	-	-
de 3 a 5 anos	-	-	-	-	-	-
de 5 a 7 anos	-	-	-	-	-	-
mais de 7 anos	-	-	-	-	-	-

O valor apresentado inclui o valor total do ativo em carteira incluindo o respetivo juro decorrido.

Nota 13 – Cobertura do Risco Cotações

Em 30 de junho de 2026, o Fundo apresenta a seguinte exposição ao risco cotações:

Ações e Valores Similares	Montantes (Euros)	Extra-Patrimoniais		
		Futuros	Opções	
Ações	-	12 790 730	14 019 712	26 810 442
Unidades de Participação	271 256 497	-	-	271 256 497
Direitos	62 279	-	-	62 279

Nota 14 – Perdas Potenciais em Produtos Derivados

O cálculo da exposição global em instrumentos financeiros derivados é efetuado pelo Fundo através da abordagem baseada nos compromissos, a qual corresponde, conforme definido pelo Artigo 17º do Regulamento nº 2/2015, ao somatório, em valor absoluto, dos seguintes elementos:

a) Valor de posições equivalentes nos ativos subjacentes relativamente a cada instrumento financeiro derivado para o qual não existam mecanismos de compensação e de cobertura do risco;

b) Valor de posições equivalentes nos ativos subjacentes relativamente a instrumentos financeiros derivados, líquidas após a aplicação dos mecanismos de compensação e de cobertura do risco existentes; e

c) Valor de posições equivalentes nos ativos subjacentes associadas a técnicas e instrumentos de gestão, incluindo acordos de recompra ou empréstimo de valores mobiliários.

Apresenta-se de seguida o cálculo reportado a 30 de junho de 2026:

	Perda potencial no final do período em análise	Perda potencial no final do exercício anterior
Carteira sem derivados	287 732 347	306 520 086
Carteira com derivados	223 181 817	252 190 751
	22,43%	17,72%

Nota 15 – Custos Imputados

No período findo em 30 de junho de 2026 foram imputados ao Fundo os seguintes custos:

Encargos	Categoria A		Categoria B	
	Valor	%VLGF [1]	Valor	%VLGF [1]
Comissão de Gestão Fixa	300 668	0,68%	1 561 895	0,6257%
Comissão de Depósito	8 026	0,02%	45 032	0,02%
Taxa de Supervisão	3 382	0,01%	18 973	0,01%
Custos de Auditoria	435	0,00%	2 439	0,00%
Outros Custos Correntes	12 609	0,03%	70 746	0,03%
TOTAL	325 120		1 699 085	

[1] Valor médio relativo ao periodo de referência